

O desenvolvimento urbano democrático como utopia- Entrevista com Ermínia Maricato,
Secretária Executiva do Ministério das Cidades.

Entrevista concedida a Ana Clara Torres e Henri Acselrad em Porto Alegre, janeiro de 2005.

Pergunta: Sugerimos começar por alguns temas mais gerais, como a gênese e a construção do Ministério das Cidades, para depois ir afinando para as políticas.

Ermínia: Nas últimas vezes em que Lula foi candidato à presidência da República constava, em seu programa de governo a proposta de criação de um Ministério, com os nomes variáveis de Ministério da Reforma Urbana, Ministério do Desenvolvimento Urbano e Ministério das Cidades. Numa dessas oportunidades (se não me engano, na terceira candidatura) foi criado um grupo de expressão nacional reunindo trabalhadores sindicais, professores universitários e movimentos sociais, que escreveu um programa denominado de Reforma Urbana impresso pelo partido como parte do Programa de Governo. Lá propúnhamos o Ministério da Reforma Urbana. A proposta de um Ministério da Política Urbana surgiu novamente no Projeto Moradia. Por meio do Instituto Cidadania Lula convidou um grupo de pessoas (profissionais, lideranças sociais, parlamentares) para elaborar uma proposta de habitação. O Instituto realizou várias audiências para ouvir pessoas de outros segmentos. O documento elaborado por esse grupo mostra que as soluções para a carência habitacional devem ser buscadas no contexto da cidade. Afirmamos assim que era preciso recuperar um espaço de institucionalização da política urbana que tinha sido perdido. Segundo o projeto Moradia, por meio de um ministério poderíamos tratar dos três maiores problemas sociais urbanos que, muitas vezes, na discussão dos planos diretores e dos debates urbanísticos não apareciam como centrais: o problema da moradia, em especial da moradia social, o problema do saneamento ambiental, compreendendo água, esgoto, drenagem e lixo, e o problema do transporte coletivo urbano. A proposta do Projeto Moradia aprofundou muito mais a política habitacional e dentro dela seus elementos estruturantes: a questão fundiária, a questão do financiamento e da estrutura institucional necessária. O Ministério das Cidades foi estruturado a partir das três maiores fontes dos problemas sociais urbanos, vinculados ao território: habitação, saneamento ambiental e transporte. A estes somou-se uma quarta secretaria de Programas Especiais Urbanos que tinha como objeto o planejamento, e a política fundiária entre outras atribuições

Pergunta: No que se refere a essa junção operada entre diferentes fragmentos da máquina pública, nesses dois anos de existência do Ministério, você acha que foi possível se olhar a cidade como um todo como objeto de política ou ainda há resíduos de fragmentação dos instrumentos necessários para um planejamento de longo prazo?

Ermínia: Essa fragmentação vai continuar por muito tempo, por causa da própria formação universitária e profissional que é fragmentada. Lembremos do saneamento e dos transportes ou então o fato dos arquitetos e urbanistas olharem muito pouco para esses temas. No Ministério isso é muito visível e estamos obtendo, quanto a isto, muitos ganhos por intermédio do Conselho das Cidades. O Conselho das Cidades tem câmaras técnicas separadas. As discussões técnicas precisam de fato de um detalhamento e devem respeitar a necessidade do aprofundamento setorial e da verticalização mas é preciso também assegurar a integração. As discussões são feitas nas câmaras Técnicas e depois vão ao plenário do Conselho, o que obriga a todos os setores das políticas setoriais a

dialogar com enfoque transversal. O conceito de mobilidade que é uma obsessão para nossa equipe da Secretaria Nacional de Mobilidade e Transporte esse olhar - o da relação entre mobilidade, transporte e desenvolvimento urbano é muito evidente. A mobilidade no território urbano não é dada apenas pelo transporte, mas pelo uso e ocupação do solo. As características de um trânsito desumano e altamente mortal não são vistas apenas pelo viés do veículo mas especialmente dos pedestres, da falta de infraestrutura, em especial calçadas, da falta de sinalização, do desenho urbano adequado e evidentemente da falta de educação para o trânsito. O Denatran - Departamento Nacional do Trânsito veio do Ministério da Justiça para o Ministério das Cidades. Do Ministério dos Transportes trouxemos duas empresas de trens e metrô: a Companhia Brasileira de Trens Urbanos está construindo quatro metrô e tem a coordenação de três sistemas de trens, antigos e sucateados: os metrô de Fortaleza, Recife, Belo Horizonte e Salvador e os sistemas de trens em Natal, Maceió e João Pessoa. Contamos ainda com uma companhia que está situada em Porto Alegre, que é a Trensurb. A política de saneamento e a de habitação já foram aprovadas no Conselho das Cidades. Foram aprovadas também as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana e estamos preparando a Política Nacional de Mobilidade e Transporte Público o que não é um tema banal: o que cabe ao governo federal nessa área?.

Pergunta: E quanto aos quadros e competências? Como tem sido formados ou trazidos os quadros que são portadores das memórias institucionais, setoriais e das especialidades. Como está ocorrendo esta composição, e qual seria a expectativa em termos de profissionais adequados?

Erminia: O Ministério, criado em 2003, cresceu e expandiu suas atribuições em relação à SEDU- Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano que o precedeu, mas ainda é um organismo extremamente enxuto e sem funcionários de carreira. Estamos trabalhando com muita dificuldade em função disso. As tarefas tem sido enormes: além de criar o Ministério física e institucionalmente, executar os programas ao mesmo tempo reformulá-los estamos debatendo com a sociedade a formulação de uma nova política nacional de médio e longo prazo. A falta de recursos para a criação de um organismo amplo e regionalizado e a existência da Caixa Econômica Federal, que tem grande capilaridade levou à opção por não termos sedes regionais. Alguns ministérios tem representação regional. A Caixa Econômica Federal é operadora dos programas do Ministério, com recursos do OGU, e além de operadora é financiadora quando se tratam de recursos do FGTS. A criação do Ministério traz algum impacto sobre a CAIXA e entendemos que vai levar um certo tempo para que se chegue a um pacto sobre procedimentos e encaminhamentos. Vou citar um exemplo paradigmático: aprovar projeto de conjuntos habitacionais fora da rede urbana existente como desejamos é algo que ainda estamos longe de atingir. Entendemos que precisamos de muito entendimento e esforço de capacitação para que consigamos disseminar as idéias do direito à cidade assim como o direito à arquitetura. E não se trata apenas de pessoal de ponta da Caixa Econômica que precisa ser preparado para o direito à cidade, são os projetistas, são as prefeituras, são as universidades. A capacitação de pessoal é tão ou mais estratégica do que a ampliação dos recursos. Os secretários nacionais foram indicados de forma democrática com forte acento dos movimentos sociais e também das corporações profissionais - o Secretário de Mobilidade e Transporte Urbano, por exemplo, José Carlos Xavier compôs uma lista tríplice com a participação do setorial de transportes do PT e companheiros da ANTP, Associação Nacional de Transportes Públicos; a Frente Nacional do Saneamento indicou também alguns companheiros e o Ministro escolheu, da lista que eles indicaram, para a Secretário Nacional do Saneamento Ambiental, um sindicalista, Abelardo de Oliveira Filho, antigo e respeitado militante da área; com grande

conhecimento técnico. O Secretário de Habitação veio com o apoio dos movimentos de moradia. Ele passou pela COHAB de Salvador e de São Paulo, pelas Prefeituras de Diadema e de Ribeirão Pires, tendo sido um dos pioneiros da Articulação Nacional do Solo Urbano criada pela Comissão Pastoral da Terra na década de 80. A urbanista Raquel Rolnik, Secretária Nacional de Programas Urbanos, que dispensa apresentação, foi indicada ao Ministro pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana. O presidente do Denatran também foi indicado por diversas fontes pela sua extensa experiência administrativa com o assunto. Eu fui convidada, já no período de transição de governo, pelo presidente Lula, para participar do desenho do Ministério a partir da experiência que tivemos durante a elaboração do Projeto Moradia e depois acabei ficando na Secretaria Executiva a convite do Ministro Olívio Dutra que trouxe da sua equipe anterior do governo do Rio Grande do Sul um pequeno número de colaboradores dentre eles o Dirceu Lopes, chefe de Gabinete e a Íria Charão, Secretária Executiva do Conselho das Cidades. A indicação de nomes pelos respectivos setores de atuação, profissional ou militante, gerou algumas críticas assim como o fato da maior parte dos quadros da equipe do Ministério virem do PT. Os nomes foram indicados por movimentos sociais que na verdade estão na origem de diversas conquistas relativas à democratização da questão urbana - a Constituição Federal de 88, os orçamentos participativos, o PL do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, o Estatuto da Cidade e como seguimento dessa relação está também a criação do Ministério das Cidades com a Conferência Nacional das Cidades e o Conselho das Cidades. Na equipe há também profissionais do Pcdob, do PSB e do PPS. De fato, nele não se encontram quadros originários do espectro mais amplo que hoje caracteriza o governo Lula.

Pergunta: E quanto ao perfil do profissional que vocês concebem como necessário?
Erminia: Para nós a questão ainda não está satisfatoriamente resolvida. Nós, a equipe do MCidades, somos muito poucos, e pensamos que o movimento social que resultou na criação do Ministério são parceiros nas nossas ações, juntamente com a Caixa Econômica Federal, para realizar um imenso trabalho de capacitação para uma política de desenvolvimento urbano democrática, incluyente e sustentável. O movimento social, ou movimentos sociais de luta pela reforma urbana criou ou criaram um tipo de agente social e um profissional que as escolas, com raras exceções, formam. Nós mesmos ainda não temos consolidada essa visão mais holística de amarração entre as políticas setoriais. Os urbanistas pretensamente têm essa visão mas têm pensado a cidade de forma muito restrita e dirigida para o mercado. Temos que construir esse novo profissional ao longo do caminho, porque muitos dos paradigmas nós queremos ver mudados. No enfrentamento deste desafio a ANPUR sempre foi um componente fundamental. A ANPUR participou de todas as grandes ações, eventos, mobilizações, as grandes propostas que foram construídas nessa história da Reforma Urbana. Cometemos um equívoco ao acreditar que iríamos construir a curto prazo uma imensa rede de capacitadores ou uma Escola das Cidades assim como o Ministério da Fazenda tem há décadas a Escola Fazendária. Tivemos tanto trabalho para institucionalizar o Ministério e para ou dar continuidade às ações em curso ou criar novos programas e rubricas que a capacitação ficou a cargo de uma equipe de uma pessoa. Executivo é para executar. Todos querem ver resultados a curto prazo dos agentes do mercado ao movimento social. Se começasse planejando, para depois executar, não sobreviveríamos.

. Nossa primeira ação foi criar programas novos, na área de Mobilidade e Transporte Urbano, Programas Urbanos. E acima de tudo, arrumar recursos para o financiamento, do saneamento e da habitação, onde conseguimos avançar bastante. Do ponto de vista de

institucionalização, estruturação e planejamento, andamos em paralelo, inicialmente com a Política Nacional do Saneamento, que nos era muito cobrada. Isto porque o projeto de lei anterior não fora aprovado pela oposição democrática que impediu sua aprovação no, governo Fernando Henrique, porque se percebia que aquilo estava apontando para a privatização. Houve uma luta social forte. Um outro projeto foi elaborado. A idéia do presidente Lula era mandar muito rapidamente o PL para o Congresso mas diante dos muitos conflitos a estratégia foi mudada e remeteu-se a proposta para as audiências públicas. Foram onze audiências públicas que o Conselho das Cidades definiu e acompanhou. O projeto de lei da Política Nacional do Saneamento recebeu mais de 400 emendas: é um marco regulatório do saneamento, estabelecendo regras para o setor e recuperando a importância da participação do Estado. Definimos também nessa atividade paralela um novo Sistema Nacional de Habitação que já foi aprovado no Conselho das Cidades e lançando as bases para uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano que contem iniciativas também nas áreas da política fundiária e imobiliária, política de planejamento, de transporte e trânsito. Iniciamos programas de capacitação em todas as Secretarias. A política de trânsito, por exemplo, é uma política que capacita o tempo todo por o trânsito é uma grande tragédia, e isso diz respeito ao Ministério das Cidades: são as quase 40 mil mortes no trânsito, anuais e 400 mil acidentes, com um grande número de pessoas incapacitadas para o resto da vida. Estamos colocando em prática a capacitação para o plano diretor participativo. Quer dizer: não é para elaborar qualquer plano diretor, mas sim planos diretores que o Ministério das Cidades, o Conselho da Cidade e a Conferência Nacional das Cidades definem como participativos e incluídos. Para mudar paradigmas, procedimentos, conceitos, etc nós precisamos de um grande movimento de capacitação. É inacreditável o grau de carência técnica, de informação ou de administração da maior parte de nossas prefeituras. Um cadastro multifinalitário pode fazer uma grande diferença para a política fiscal, para a política de priorização das ações (não ousar falar nem em planejamento em alguns casos). Não se trata de uma tarefa federal mas nacional. O MCidades não pode dar conta dela sozinho. Para tomar um exemplo dramático da necessidade de melhor qualificar o gasto público vou lembrar que 2/3 do orçamento do Ministério das Cidades em 2005 é formado de emendas parlamentares. Elas se distribuem pelos mais de 5.560 municípios do país. A maior parte dessas emendas ou, setecentos milhões de reais, estão dirigidos para a infraestrutura urbana ou mais exatamente asfalto, em sua maior parte. Como dar maior eficiência, maior racionalidade a estas emendas para que esse gasto seja coerente com as prioridades locais? Capacitar as prefeituras, pactuar com os próprios parlamentares poderá evitar ou diminuir desperdícios. Nós temos obras construídas que não foram terminadas e quando terminadas não entraram em operação. Agora estamos fazendo este levantamento que não é banal e começando um choque de gestão nas localidades que são objeto do investimento fragmentado. Só vamos mudar esse quadro com muita capacitação junto aos governos, nos diversos níveis e junto às lideranças sociais, de modo a se obter um controle social maior sobre estes investimentos. O governo federal mesmo, há alguns anos atrás, financiou obras de transporte que não estavam integradas entre si: uma foi dirigida ao governo estadual e outra ao governo municipal. Neste contexto é que estamos pensando o papel da ANPUR. É importante cobrar conhecimento e proposições para essa realidade tão seccionada, dividida, desarticulada em tantas facetas que muitas nos passam despercebidas. Isso tem muito a ver com a pesquisa, o ensino e a extensão. Neste momento de inflexão da nossa política de capacitação, a ANPUR e toda entidade que tem potencial para a renovação, pode ocupar um importante papel em nossa estratégia de pesquisa e de capacitação. Não se pretende

violar a autonomia da universidade que tem suas próprias demandas de pesquisa ensino e extensão. Trata-se de pactuar uma agenda para o desenvolvimento urbano clamada pela condição urbana no Brasil.

Pergunta: Este elo fundamental do setor público não entrou ainda na agenda, não se entendeu ainda a relevância desta questão .

Ermínia: Perfeito, eu ia dizer isso em seguida, não entrou. Há uma invisibilidade da agenda urbana . Com a relação carencias que estamos constatando, no ensino, na pesquisa e na extensão nós vamos a CAPES, ao CNPq, à Finep, às 40 escolas de governo que temos nesse país para tentar abrir essa agenda.

Ana Clara: tem que ser uma coisa forte.

Ermínia: Temos de elaborar coletivamente este documento mostrando que o Ministério das Cidades precisa de pesquisa, precisa de cursos, precisa de capacitação nessas áreas. depois vamos à FAPESP, à FAPERJ etc. Precisamos do aporte de cursos de especialização e de pós-graduação, para fazer a difença nesse estado de coisas. Para o Ministério fica uma tarefa que a gente não pode delegar: de Ministro para Ministro (Cidades, Ciência e Tecnologia e Educação) vamos levar a proposta. Acho que é essa a nossa tarefa, a coordenação de um esforço nacional. Se conseguirmos mobilizar a área, com todas as entidades ajudando, participando da elaboração da proposta e influenciando com mais força, isto poderá ser viabilizado.

Pergunta: Passando agora para a política de desenvolvimento urbano. O Ministério sublinha o fato que ela não é federal, mas nacional. Qual tem sido a efetividade dos instrumentos de articulação entre União, estados e municípios? Quais os meios de “reverter a cultura política hegemônica” que tende a favorecer uma cidade para poucos, como diz o documento Política Nacional de Desenvolvimento Urbano publicado em 2004 no Cadernos Ministério das Cidades, volume 1?

Ermínia: Combater a especulação, a segregação e a exclusão territorial é uma **tarefa longa** e tem que ser produto de uma luta social. Instrumento legal nós temos, embora o Estatuto da Cidade, por exemplo, não ser um instrumento fácil de ser aplicado. Temos nos perguntado: o que pode ser coercitivo no sentido de obrigar a inclusão social? Trata-se de um terreno pantanoso... Temos de abandonar a tradição de achar que uma lei resolve as coisas. A equipe do Ministério das Cidades não acredita nisso. Ela valoriza muito o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor, desde que ele seja participativo. Mas sabemos que isso não é suficiente. A luta social e o controle sobre as Câmaras Municipais, na hora em que votam a legislação de uso e ocupação do solo, é fundamental. Como é que você torna coercitivo o controle social? Como usar todas essas ferramentas de participação social, de transparência, que ajudam a negar o modelo de apropriação privada da valorização decorrente do investimento público? Isso tudo diz respeito também ao pacto federativo. Nós temos enfrentado, muito mais do que eu esperava antes de entrar no ministério, a discussão sobre o pacto federativo. Eu achava que já conhecia bem a Constituição brasileira. Hoje estou aprendendo que é uma constituição de desenho extremamente complexo. Porque ela define autonomia para os três níveis de governo, ao mesmo tempo em que define competências comuns, concorrentes e complementares. Então, a Constituição brasileira exige a cooperação, mas tem-se, ao contrário, guerra fiscal num mesmo nível de governo, assim como imensa disputa ou cooptação, dependendo do partido que está aqui ou ali; ou seja, uma cultura difícil de ser superada. Discutindo o sistema de saneamento, por exemplo, todos os assessores jurídicos do governo federal foram unânimes em dizer que não

tínhamos condição de colocar dentro de uma lei ordinária as incumbências dos municípios na área do saneamento. Porque a Constituição Federal já dá ao município a autonomia e competência em relação ao saneamento. Uma das questões discutidas era: como é que vamos levar uma regulação que exige planos, metas, indicadores de desempenho e controle social se não podemos definir tudo isso na lei. A nossa saída é a seguinte: quando o governo federal empresta ao município, o município se insere no sistema e inserindo-se no sistema, tem que cumprir aquelas definições. Veja como a questão não é tão simples como se esperava, nem por meio de uma lei aprovada no Congresso Nacional. A Constituição Brasileira realmente descentralizou mas, ao mesmo tempo, do ponto de vista econômico, existe uma dependência muito grande dos municípios. Essa descentralização não é plena, digamos assim. Porque descentraliza mas não dá autonomia financeira. Este é um dos temas para a Conferência das Cidades de 2005 - o pacto federativo. Eis a questão: já temos uma base legislativa suficiente para a questão da gestão metropolitana? A Conferência é que vai discutir, porque já ouvimos até no Congresso Nacional que temos que rediscutir a questão metropolitana. Tem gente que diz que deveremos fazer uma PEC, uma emenda constitucional. Mas para se fazer isso, tem que haver uma consulta nacional. Se for fruto de uma consulta nacional, o Ministério da Cidade pode até liderar uma proposta. Senão, os governos estaduais e as assembleias legislativas teriam essa competência, que foi a eles remetida pela Constituição. O que está claro é que a situação da gestão metropolitana está muito insatisfatória. Todo mundo reconhece isso, inclusive a Comissão de Desenvolvimento Urbano do Congresso Nacional. Já fizemos vários debates. Ninguém está aqui querendo usurpar espaço de ninguém, muito menos no Ministério da Cidade. Quanto à questão do pacto federativo, o governo federal elaborou o projeto de lei que está no Congresso Nacional - o dos consórcios públicos - que veio de uma demanda de prefeitos, que foi elaborado pela Secretaria de Assuntos Federativos, e que estamos apoiando. Esta é uma grande saída, por exemplo, para a gestão do saneamento e de outros aspectos.

Pergunta: O fundamento deste pensamento holístico estaria centrado nos usos do solo, que concretamente é uma questão da propriedade. Até que ponto essa dimensão estrutura efetivamente, os vários braços setoriais do Ministério?

Ermínia: Entre nossos grandes eixos temos o uso do solo e o financiamento. Hoje você não faz uma política de habitação que chegue na baixa renda, se o mercado não atingir a classe média. Isso para mim sempre foi claro. Hoje o mercado privado atinge cerca de 22% da população brasileira. Se não democratizarmos o acesso, vamos continuar gastando subsídio com essa classe média. Em 2002, 70% das verbas federais - que não são exatamente públicas, porque o FGTS é de gestão de um conselho curador do qual o governo participa - estavam dirigidos para quem ganha mais de cinco salários mínimos onde estão localizados 8% do déficit habitacional? 70% da verba ia para 8% do déficit habitacional. Isto é um problema estrutural do país. O problema é que o mercado faz produto de luxo só. Com isto não se vai resolver a questão da baixa renda. O governo adotou uma medida que abriu uma luta: os bancos estavam mantendo dinheiro de poupança retido no Banco Central e o Conselho Monetário Nacional tomou uma medida para ampliar o mercado. O Ministério da Fazenda conduziu essa negociação, aprovou-se o projeto de lei no Congresso e abriram-se os recursos que estavam retidos no Banco Central, obtendo-se 12 bilhões de reais para entrar no mercado privado. Os bancos fazem pressão o tempo todo para diminuir esse recurso, porque estão prevendo que não vão gastar alegando que “não tem demanda”... Por que não tem demanda? Não tem demanda dentro da estrutura de mercado como ela se encontra hoje, com esse produto para essa faixa de renda e com esse preço da terra. Porque na verdade você tem que se mudar isso para por quem não está ainda neste mercado - o

professor primário e secundário, por exemplo. A nossa briga é essa e começou nesses dois anos. Vemos aí que está havendo um movimento, e somos personagens importantes dessa luta para obrigar o mercado a trabalhar pelo menos com quem tem renda regular, porque muitos que têm carteira assinada, que são funcionários públicos, por exemplo, não conseguem entrar no mercado. Isso é um absurdo. Temos um grande recurso do FGTS, conseguimos aumentar muito mais de 10 bilhões para este ano de 2005. O nosso problema é chegar na baixa renda. Não é apenas terra o que precisamos; é terra urbanizada, o direito à cidade. É o uso do solo, é financiamento, é uma estrutura institucional. Porque a maior parte das prefeituras e governos estaduais não tem estrutura para política habitacional e urbana. Não tem para habitação, imagine para o urbano. Essa é a grande causa de toda a ilegalidade que temos, porque as próprias prefeituras têm dificuldade de chegar na terra, e não lutam por uma legislação, por um zoneamento que permita construir habitação social. Então, abrem mão. A maior parte de prefeituras no Brasil simplesmente não se prepara. Governos estaduais, nem se fala. Vamos colocar em discussão na segunda Conferência Nacional das Cidades, no tema do pacto federativo, a seguinte pergunta: qual é o papel dos governos estaduais em relação à política de desenvolvimento urbano e regional? Então, estrutura institucional, formar quadros técnicos para essa política, ter um lugar na prefeitura que é o lugar, o interlocutor para esta política e finalmente a participação social que é, eu nem diria que essa é uma quarta linha, porque isso permeia tudo o que estamos discutindo.

Pergunta: Como fica a relação com o mercado no âmbito do novo marco regulatório do saneamento? Na análise do Ministério, visa-se superar problemas de indefinição de competências, ineficiência na gestão e limites do Conselho Monetário Nacional impostos aos empréstimos a órgãos públicos. Esse novo marco será capaz de dar conta dessas três dificuldades? Como ele se situa frente às pressões por um projeto privatizante?

Erminia: O principal conflito hoje dá-se em torno à gestão metropolitana. As companhias estaduais se colocam, grande parte delas, contra o projeto porque este reconhece a titularidade municipal. Ele não deixa de reconhecer – e nem pode - a competência das companhias estaduais. Ele reconhece essa possibilidade de compartilhamento da política de saneamento. Seria um absurdo, numa mesma bacia, não reconhecer a necessidade desse compartilhamento. Foi forte a crítica das empresas estaduais de saneamento na elaboração do projeto, nas audiências públicas, pela mídia, o que atrasou o envio do projeto para o Congresso. Mas essa discussão que vai se dar no Congresso não é hoje a privatizar versus manter público. A discussão principal é a da titularidade nas regiões metropolitanas. Nosso projeto incorpora as PPPs. Existiu na base que compõe e lutou pelo Ministério das Cidades, uma crítica forte às próprias PPPs. Mas nós, como integrantes dos governos, entendemos que é perfeitamente possível, desde que todas aquelas questões e princípios que estão colocados na lei sejam verificados - o controle público e uma série condicionantes para apresentar um desempenho melhor.

Pergunta: Não haveria riscos da responsabilidade municipal favorecer a privatização dos sistemas?

Erminia: Isso seria uma discussão longa. Na época do PLANASA e do BNH, era orientação do governo federal do regime militar centralizar os serviços de saneamento. Essa centralização foi compulsória. Muita prefeitura conseguia recurso para habitação se desse a concessão do saneamento para a companhia estadual. O que estamos verificando hoje? A discussão entre a **ACEMAI** - os municípios organizados - e a AESBE - Associação das Empresas Estaduais - não abrange a maior parte da população brasileira. Muito município lutou para ficar com o controle da água e do esgoto no passado, e foi forçado a ceder. Hoje, uma grande parte dos municípios brasileiros ainda tem a titulação da água e do esgoto,

outra grande parte tem a titulação só do esgoto, e uma parte maior ainda está numa situação completamente irregular. Cito o município de Mesquita, que existe há quatro anos, tendo se destacado de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Nova Iguaçu está com contrato irregular com a CEDAE. Mesquita foi desmembrada de Nova Iguaçu. Mesquita está com a CEDAE fornecendo água de forma insatisfatória. Não tem nenhum contrato com o município, que não sabe bem o que fazer com a situação. A Associação dos Prefeitos da Baixada está insatisfeita com a CEDAE e nós fizemos um convênio para fazer um diagnóstico da Baixada. Eles gostariam de ter autonomia de onde tirar água. Ao que parece, eles não podem ter autonomia porque a água vem do Guandu, mas teriam condição de acessar uma fonte de água na Serra. Estamos numa situação de caos do ponto de vista de regras. A SABESP, a COPASA, a SANEPAR que são de São Paulo, Minas e Paraná, as três juntas pegaram muito mais de 1 bilhão de reais de financiamento do FGTS, nestes dois anos. O Rio de Janeiro, se não me engano, pegou 45 ou 55 milhões. Por que? Porque veio da FUNASA, que é recurso do Orçamento Geral da União. Porque ele não tem nenhuma condição de pegar empréstimo, mesmo um empréstimo barato. É uma situação que se ficar nas mãos do governo do Estado, não sei se poderemos proteger contra a privatização, porque a maior parte dos municípios estão percebendo que água e esgoto é uma fonte de renda. Aliás, toda a prefeitura que está com a titularidade sabe disso. Muita prefeitura que está com a titularidade faz política de urbanização de favela com recurso da tarifa de água e esgoto.

Pergunta: Passando a uma outra área de indagações: com respeito à articulação com a sociedade civil organizada, através dos Conselhos e das Conferências, como se tem dado esta relação?

Erminia: O Ministério das Cidades é fruto deste movimento social que lutou muito tempo para por a questão urbana na agenda. O movimento sofria de ver que quando se recuperou a democracia no Brasil e se fez uma constituição democrática, a questão urbana ficou ao deus dará. A proposta de um Ministério das Cidades seria completamente diferente sem a participação social. Sem esta participação, não poderíamos excluir que ele se tornasse um balcão de negociação de emendas. A única coisa que impede isso é a orientação do Ministério e da sua equipe sob controle social. Hoje, 2/3 do orçamento do Ministério é composto por emendas. Se algum ministro quisesse projeção política por meio da aplicação de emendas, encontraria no Ministério das Cidades uma situação funcional. Para que o Ministério não seja reduzido a um balcão, ele tem que ser o coordenador de uma política nacional. Essa visão do Ministério de que a questão fundiária não pode ser desligada da questão do financiamento também pode ser abandonada rapidamente porque não se tem formas de fazer uma vinculação muito profunda. Como existe o Sistema Nacional de Habitação, vamos exigir para o prefeito obter financiamento para habitação, que ele apresente um plano diretor à luz do Estatuto da Cidade, um plano de habitação e um plano para as favelas (isso está na meta do milênio discutidas pelas entidades internacionais). Mas, evidentemente, vamos dar um tempo para as prefeituras se prepararem. Tornar obrigatórios um plano nacional e planos locais e idéia bem interessante porque a maior parte dos municípios brasileiros não tem informações sobre uso do e ocupação do solo: quantas famílias moram ilegalmente, quantas famílias moram em favelas, em loteamentos ilegais ou em áreas de risco. O Ministério está começando a exigir isso dentro de certos programas. Estamos fazendo uma experiência num programa de “desenvolvimento institucional” que enviamos para o Conselho Curador agora, mas eles preferiram não votar, remetendo para um esclarecimento e uma segunda discussão. Não se investirá dinheiro em obra se você não houver capacitação de quadro técnico, participação das lideranças sociais,

levantamento e modernização das informações do município. Teremos que convencer da importância disto tanto as centrais sindicais quanto os empresários do Conselho Curador e o resto do governo lá presente. Não é pouco o dinheiro investido que, se você somado com as emendas, necessitaria estar subordinado a estudos técnicos. Nós realizamos a I Conferência Nacional das Cidades atingindo mais de 3.400 municípios. Eu duvidava que chagássemos a 500 municípios. O ministro Olívio Dutra falou: “vamos chegar a 1.000, 2.000”. E o que aconteceu não foi o Ministério que fez, foi a mobilização social, esse braço social da política urbana que saiu fazendo literalmente. Não conseguíamos nem mandar gente do Ministério para todas as reuniões. Ficamos assoberbados de tanta conferência municipal, regional, de arquitetos, de engenheiros, reunião de universitários, de centros de pesquisa e de movimento social que estavam discutindo o que foi colocado na I Conferência - os princípios, diretrizes e prioridades da política urbana. Foi muito difícil, mas acho que foi feito realmente um mutirão, um esforço coletivo, e por isso ela saiu. Nós tivemos dificuldade de pagar a instalação da Conferência para tanta gente - 2.800 delegados. Atraímos diretores de banco, que sentou do lado de liderança de favela e assim por diante. Não é pouco para a história do Brasil, de repente você por todo mundo junto. Então criamos o Conselho das Cidades e 4 Câmaras Técnicas que funcionaram durante o ano de 2004. Aprovaram uma campanha para plano diretor participativo que o Ministério vai levar durante este ano, aprovaram o Sistema Nacional de Habitação, a Política Nacional do Saneamento Ambiental, a Política Nacional de Trânsito, diretrizes da Política de Mobilidade e Transporte e diretrizes da revisão de parcelamento do solo da Lei 6.766. Discutiui-se a lei de acessibilidade - duas leis que regulamentamos, criando uma rede com setor empresarial de produtores de veículos para dentro do prazo previsto pela lei adequarmos os ônibus brasileiros e as cidades brasileiras. Isso é mais medidas a obter por fomento, mas temos algum recurso, que é pouco, para fazer a cabeça de todo mundo. Criamos também o programa de regularização fundiária que não existia no governo federal, que começou a deslanchar em meados do ano passado, porque houve muita dificuldade em criar uma coisa nova. É um programa que não depende totalmente do ministério, em que a prefeitura é o maior promotor, mas que depende dos cartórios com quem nós fizemos um convênio muito bom. A companheira Raquel Rolnik costurou o convênio, os cartórios vão fazer registro gratuito quando é moradia de interesse social. O Conselho das Cidades agora criou um grupo para fazer acompanhamento do orçamento do ministério, para o qual se está planejando uma capacitação. Temos um grupo ajudando a organizar a II Conferência Nacional: estamos discutindo um texto básico, que vai passar por uma comissão do Conselho da Cidade. Contra a minha vontade, infelizmente a ANPUR ficou fora do Conselho na condição de titular. Eu cheguei a militar ali na conferência para não se deixar a ANPUR de fora, foi uma pena, porque a ANPUR tem de fato um acúmulo que é fundamental para aquele Conselho.

Pergunta: Do ponto de vista da democratização da dinâmica decisória, o que é que esses espaços conseguem incorporar em seu âmbito, considerado o alcance da crise urbana, da fragmentação e dos conflitos urbanos? A questão da segregação sócio-espacial pode vir a ser, depois de se enfrentar as questões mais imediatas, discutida e enfrentada?

Erminia: A questão da segregação é o assunto mais discutido no Conselho. Quando se discute transporte, se está discutindo isso, quando se discute saneamento também trata-se da questão dos direitos da população excluída. Quando se discute habitação ou programas urbanos, isso vem a toda hora, em todo momento. A campanha do plano diretor pretende fazer com que os Planos apontem onde vai ter moradia social dentro das cidades. Estamos colocando nesses termos bem simples. Tem gente que pergunta: onde a população pobre

vai morar? Nós preferimos dizer: onde vai morar a maior parte da população? Não pode ser fora da cidade.

Pergunta: Não caberia se pensar um curso onde se projetasse a cidade democrática?

Erminia: Isso está sendo muito pensado. O IAB vai conduzir uma campanha junto com a gente pelo direito às arquitetura. A Federação Nacional dos Arquitetos vai conduzir uma *campanha pelo direito à cidade e ao urbanismo. A questão da segregação, nós discutimos também com os CREAs, o CONFEA, o FNEA - os estudantes de arquitetura- , o IAB e a Federação Nacional dos Arquitetos. Além dos engenheiros e arquitetos, precisamos chegar nos advogados e nos demais profissionais para as assessorias técnicas. Não se trata de uma questão corporativa. Trata-se do direito à cidade e do direito à moradia.

Pergunta: A articulação entre luta social e capacitação numa visão mais abrangente do que a corporativa em relação ao direito à cidade tem se manifestado recentemente?

Erminia: Sim, tem. Se você ouvir o pessoal do transporte, por exemplo, você fica emocionada. A cabeça deles é de urbanista e não é mais aquela segundo a qual transporte é tarifa. A ANTP há muitos anos está fazendo essa discussão de que transporte quer dizer uso do solo. Na hora em que a cidade explode, quando se olha os mapas de Goiânia, Brasília, Cuiabá, Campo Grande, Palmas, pensa-se que não há condição de se resolver o problema de transporte de uma cidade que expandiu, jogando o povo para o fim do mundo, deixando terreno vazio em que cabe outra cidade dentro. É caro o transporte, assim como a água e o esgoto. Vê-se que o problema não é apenas de planejamento; é de apropriação mesmo, como Brasília, onde a maior parte das terras eram federais, públicas. Por que os pobres tiveram que ir para o fim do mundo e ocupar terreno ilegalmente? Não se reconhece o direito à cidade. Eu tive um debate com uma ex-prefeita que falou que o “Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal estão me obrigando a construir uma favela dentro da cidade”. Eu respondi: não é uma favela; é moradia para a população pobre, mas é moradia decente. Bastou ser população pobre para se dizer tratar-se de botar uma favela dentro da cidade...

Pergunta: Como esse debate se está organizando com vistas à próxima Conferência das Cidades?

Erminia: Lançamos oito cadernos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O que eles têm de bom é o acumulo de muitos anos de tudo o que todo mundo fez. Algumas coisas a gente não encontrou na bibliografia e na reflexão: uma delas é a questão do financiamento para a urbanização. É muito fácil alguém falar, “para de pagar o superávit e põe recursos públicos no financiamento”. Mas a questão não é tão simples. Não temos muita clareza do que as prefeituras e os governos estaduais estão investindo em desenvolvimento. Não temos clareza do que o mercado imobiliário privado está investindo, nem na habitação. Saneamento, acho que temos; é uma área mais organizada. Sabemos que houve uma queda muito grande de investimento em todo o país. Na questão do financiamento ao desenvolvimento, por exemplo, existe uma reclamação recorrente dos prefeitos de que a União detém uma grande parte dos recursos. Eles têm razão. Desde 1988 até agora, houve um crescimento muito grande do que a União arrecada e houve uma descentralização de incumbências. Concordo em geral, mas em compensação também não noto da parte da maior parte dos municípios - tirando as capitais, porque essas realmente cuidaram de aumentar a arrecadação – uma cobrança de IPTU. Eles não têm uma política fiscal local interessada em ampliar a arrecadação. Essa questão do financiamento está ligada às receitas e nós queremos discuti-la na Conferência Nacional. A gente já sabe que a política macro-econômica vai sofrer as críticas que a gente tem ouvido, inclusive dentro do Conselho das Cidades, mas nós queremos perguntar: e o governo estadual? E o governo

municipal? Como é que estão participando do financiamento ao desenvolvimento urbano? A outra questão que achamos importante e pouco discutida é a questão do pacto federativo. Quais são as lacunas da Constituição Federal em relação às competências e que nós podemos resolver com lei ordinária? Ou então, como é que podemos encaminhar uma cooperação que não passe por nova legislação? A questão do pacto federativo, na próxima Conferência Nacional, promete ser quente. Acho que ela vai ser a mais polêmica porque muitos dos participantes do Conselho das Cidades querem a institucionalização da participação social na política urbana, nos três níveis. Como isso já estava colocada no Conselho das Cidades, uma das coisas que o Ministério está pedindo aos participantes do Conselho é que deixem isso para a Conferência. Trata-se da criação de um sistema nacional de democratização da participação. Começou com um sistema nacional de cidades e passou para uma proposta de sistema de gestão democrática das cidades à imagem do sistema nacional de saúde, do SUS. Outra discussão importante é sobre a política regional e urbana nacional, aquela sobre a qual a Tânia Bacelar foi convidada a trabalhar.

Pergunta: E quanto a isto, como fica a relação do Ministério das Cidades com os outros ministérios, mas sobretudo com aquilo que poderemos chamar de ministério do território, no caso seria esse Ministério da Integração Nacional.

Ermínia: Essa é uma relação que não está totalmente construída. Foi feito um plano nacional da Integração Regional e nós estamos perfeitamente afinados com aquelas linhas gerais e diretrizes. Depois foi criada uma Câmara Interministerial de política regional, e essa câmara criou alguns grupos de trabalho interministeriais. Um deles está trabalhando com desenvolvimento regional e priorizou algumas regiões. O Ministério das Cidades está lá discutindo como entrar nessas regiões de fronteira, regiões deprimidas, na Amazônia, assim como tratar as regiões metropolitanas. Acho que vamos ter pouco gás para tocar a política para todas as regiões metropolitana. Vamos definir alguma coisa: já está na nossa proposta um Plano Metropolitano. Estamos muito interessados em mapear as áreas vulneráveis, essas onde o poder público perdeu, há muito tempo, o controle. Nós definimos na PNDU uma proposta de elaboração de Planos Metropolitanos, se possível, com a participação de Estados e Municípios que constituam um Conselho Metropolitano. Mas isso tudo tem que ser adaptado a cada caso, porque o ministério não tem condições de ir lá e dizer “aqui vai ter um Conselho Metropolitano”. Nem pode, nem quer. Nesse Plano Metropolitano, pretendemos dar mais importância ao uso do solo, um macro-zoneamento que leve em consideração os planos diretores. Esse macro-zoneamento vai dar uma importância especial a meio ambiente, habitação (a questão “onde vão morar?”) e atividades econômicas. O Maurício Borges sugeriu que tem defina um lugar também para as atividades econômicas. Outro ponto importante que prevenir que o governo federal, o governo estadual e municipal não apliquem de forma descoordenada e não prevista como sendo prioritário. E se o município ou o governo do Estado não quiserem participar do plano? Ele vai ser feito pelo governo federal, para orientar o governo federal. Como o governo federal vai orientar investimento numa metrópole? O que a gente vemos é que se déssemos conta dos lugares onde estamos construindo o metrô - porque também estamos discutindo a regionalização do metrô - não podemos regionalizar sem ter integração intermodal. E a integração de transporte tem que prever o uso do solo. Assim como nós já contratamos o plano de Recife, certamente vamos trabalhar o plano de Belo Horizonte e Porto Alegre; o BNDES se propõe a contratar o plano para o Rio de Janeiro. Por que essas quatro? Porque temos que trabalhar onde a coisa já começou, onde há parceiro, gente interessada, para não começar do zero.

Pergunta: Você poderia falar um pouco dos constrangimentos de ordem macro econômica, que certamente, nós sabemos, limitam a ação transformadora: há sinais de percepção no interior do Estado dessa forte associação entre a crise urbana e as grandes escolhas macroeconômicas?

Erminia: Em seguidos governos, há dificuldades dos economistas enxergarem a questão urbana. Economistas em todos os níveis, não só os da máquina do governo federal. Uma das questões que discutimos no seminário que lançou a Proposta Nacional de Desenvolvimento Urbano, insistimos na relação entre desenvolvimento urbano e desenvolvimento. Ficamos impressionados com como isso não é visto. Mesmo economistas das agências internacionais também não têm sensibilidade com as cidades. Olhamos aquele monte de estudos, mas fico muito surpreendida com a invisibilidade da questão urbana, especialmente do uso do solo.

Pergunta: Há uma alienação territorial incluindo as metrópoles? Abstraem-se os fluxos, imaginando-se a coisa econômica desconectada da questão territorial?

Erminia: Acho que as metrópoles são vistas quando se discute onde vamos aplicar os recursos que combinamos com o FMI que vão estar excepcionalizados em relação ao cálculo do superávit primário. Com muito esforço, este ano incluímos o metrô de Belo Horizonte. Não entrou habitação, mas o saneamento nós conseguimos. Nos dois primeiros anos, conseguimos uma boa abertura - 2,9 bilhões de financiamento, fora aquilo que foi investido, chegando a cinco e meio bilhões em dois anos em contratos na área do saneamento. Foi um gol: alavancamos, mas isto não quer dizer que todos estão enxergando as cidades.

Pergunta: Há uma preocupação, nos textos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com a menção às perdas econômicas do mal desenvolvimento.

Erminia: Percebo que na lógica prevalecente, não é o prejuízo econômico que mais conta, mas o financeiro. Põe-se dinheiro na obra desde que a rentabilidade daquele dinheiro que você vai investir for maior do que a de outro negócio. É difícil ser ouvido a partir de outra lógica. Fizemos um projeto para a área de transporte, para entrar na folga do FMI. Foi muito bem concebido: mostramos que um corredor de ônibus permite economia de combustível, de pneu, tirar carro de circulação, reduzir a poluição etc. Calculamos tudo isso, mas não conseguimos sensibilizar. Eu disse: mas esta é uma lógica econômica. Sim, me responderam, mas não é financeira. Se não atendermos a esta lógica, apareceremos como quem “só sabe gastar” Então, só se vai aprovar dinheiro para o resto dos metrôs, por exemplo, se provarmos que as tarifas vão corresponder ao cálculo financeiro.

Pergunta: Na discussão sobre cidade e desenvolvimento regional, dos documentos do Ministério falam em “tenta favorecer novas centralidades”, dada a nova configuração da rede urbana.

Erminia: Se você pegar as políticas setoriais e mesmo a política intra-urbana holística, no Ministério, nós estamos bem preparados. Temos experiência de reflexão, de administração e de militância. Se você pegar a questão do território nacional - eu não sei se chamamos isso de questão regional - é diferente. Há muito debate ainda. O PNUD divulgou há pouco o que deveria ser prioridade - 600 municípios carentes. Para ter uma visão territorial, estamos construindo uma tipologia, para termos uma visão das cidades no território, que vai, evidentemente, estar cruzada com a dinâmica regional. Numa primeira opção, podemos decidir fortalecer os pólos médios regionais, especialmente nas áreas dinâmicas no Brasil, ou intervir onde o Brasil está crescendo muito, Norte, centro-oeste e alguns lugares do leste. Numa segunda escolha, teríamos de nos concentrar nas regiões metropolitanas porque tem-se 80% das favelas ali localizadas. Por fim, outros nos assinalam os pequenos

municípios de base rural e a necessidade de neles desenvolver consórcios ou associações de municípios para qualificar e segurar os jovens, dar perspectiva e condição econômica e social para estes jovens. Eu estou olhando isso com a tranquilidade de que vamos, exatamente, ter um debate; mas não simples.

Pergunta: Na experiência dos eixos do Avança Brasil, esqueceram as cidades. Em princípio, não seria preciso cidade nenhuma para a soja, mas ao construir e asfaltar vias para escoar a soja, poderão aparecer favelões nas beiras de estrada. Nesse sentido, falamos aqui da necessidade de capacitação, da passagem ao conhecimento. Mas, onde racionalidades distintas encontram-se em jogo, caberia talvez pensar em espaços de persuasão. Haveria que se construir um arrazoado para a interlocução com fabricantes de emendas que querem o bem dessas populações que representam mas não têm a noção da relatividade daquela decisão no âmbito do desafio de se fazer políticas mais articuladas, mais eficazes.

Erminia: Aí tratar-se-ia de conscientização, um trabalho mais pedagógico do que propriamente preparar quadros. Vejo que na nossa ação a comunicação é fundamental. Ocupar o espaço político, é o que me preocupa o tempo todo. Como é que nós entramos na agenda política, como ganhamos espaço político, poder político, legitimidade, importância nesta história? Quando a gente discute no Ministério, todo mundo vem cheio de boas intenções, de razões para fazer, e às vezes o poder leva os recursos para outro lado.

De alguma maneira, na agenda encontra-se até a luta para garantir a existência do Ministério sem tornar-se um balcão, com a sua missão que seria a de coordenar este esforço nacional. Estamos conquistando muitos prefeitos. O Ministério das Cidades está representando um pensamento. Este pensamento conquistou muitos cargos de secretários na última eleição. São pessoas que passaram pelos nossos cursos, passaram pelos nossos movimentos, pelas nossas mobilizações, pelos nossos eventos, que fizeram teses que são muitas vezes de denúncia, de busca de saídas. Tudo isso estava muito pulverizado apesar do esforço do movimento de reforma urbana. O que eu sinto é que estamos avançando muito rapidamente nesses dois anos, se olharmos todo o tempo de caminhada. Por que? Porque sempre falamos que o Estado tinha que assumir o seu papel. Nós temos uma dificuldade ainda de entrar na agenda do Congresso. Como o Congresso tem uma Comissão de Desenvolvimento Urbano, foi intensa a nossa troca com essa Comissão. E acho que avançamos porque esta Comissão, entre suas cinco prioridades, elegeu quatro que eram coincidentes com as prioridades do Ministério. Quando chegou no orçamento final, caíram as quatro prioridades e permaneceu uma que foi a que diz respeito à infra-estrutura que redundava em asfalto e que não era a que a gente tinha escolhido. O que eu depreendo daí? No Congresso Nacional, se você sai da Comissão de Desenvolvimento Urbano, nós ainda não somos agentes. Nós o somos, na medida em que o Ministério se tornou um espaço de cobiça. Ganhou visibilidade. Em relação aos economistas, já falamos. Em relação à mídia, houve um avanço, ainda que absolutamente insatisfatório – a Folha de São Paulo criou o caderno Cidades e mudou para caderno Cotidiano. Você não vê notícias sobre Cidades na agenda brasileira, nos cadernos de política nacional. O assunto vai para o caderno de política local. Mas acho que estamos avançando em visibilidade, principalmente, com a criação do Ministério, do Conselho e das Conferências. Alguns prefeitos estão percebendo isso. As entidades profissionais e sociais deram um salto; estão defendendo o Ministério como se fosse uma coisa delas. Por exemplo, eu não pude ir no Encontro do CONFEA em São Luís e no entanto (houve reuniões dos CREAS do país inteiro sobre sustentabilidade urbana; fui em várias, a discussão foi importantíssima e ganhamos muita gente para o debate) mas percebi, lendo o jornal, que o companheiro que é do Conselho das Cidades

assumiu a postura do Ministério e divulgou as campanhas do Ministério e as suas políticas em elaboração. Foi maravilhoso. Tem alguém lá que fez o nosso pape. Não digo que seja interessante essa desvinculação entre movimento e governo, não é isso, mas o projeto em si. Uma outra questão pode ser mencionada sobre entrar na agenda. Há poucos dias, um grande jornal publicou uma matéria falando do Ministério das Cidades como o mais cobiçado. Há três dias atrás, uma novela que tem a maior audiência fez uma menção ao Ministério das Cidades. Nela, um prefeito mau caráter é criticada pela filha. Ao fazer uma crítica ao pai, este responde “minha filha, desse jeito você tem futuro, você vai acabar sendo ministra da cidade”; e ela retruca: “se for para fazer o bem, eu acho importante”. Ora, de repente mencionar um ministério específico como se ele fosse uma possibilidade de futuro para uma pessoa que é “do bem” na novela, significa que entramos na agenda social.

Pergunta: O que o Ministério entende poder ser a contribuição da ANPUR?

Erminia: Em relação a ANPUR, acho que ela deveria entrar no Conselho das Cidades, a partir da Conferência de 2005. Temos tanto a discussão da proposta que a Tânia Bacelar vai trazer envolvendo uma Política Territorial Urbana para o país, como a proposta de Política de Pesquisa, Tecnologia e Capacitação. Nessa, a ANPUR é o principal interlocutor porque não poderemos fazer essa capacitação só pela via das ONGs.

Pergunta: A agenda de pesquisa deve ser conversada de ministério para ministério, de ministro para ministro, envolvendo ciência e tecnologia. A conjuntura não estaria a favorecer uma mobilização do movimento social e intelectual em consonância com a dinâmica desse Ministério?

Erminia: Se vocês estivessem no Conselho das Cidades, a coisa já seria completamente diferente. Precisamos de um primeiro documento para discutir ciência, tecnologia, pesquisa e capacitação, definindo os interlocutores, os assuntos, os financiadores, e para quem a gente se dirige.

Pergunta: Para concluir, você pode dizer que há espaço para uma ação política que leve a algum tipo de transformação? A despeito de constrangimentos de ordem econômica e da carência de recursos, há processos que valem a pena serem desenvolvidos?

Erminia: Sou uma pessoa muito crítica. Já abandonei muito lugar porque eu não via essa mudança, esse avanço e esse crescimento. O Olívio Dutra é um uma pessoa voltada para o espaço público. Ele tem essa postura dedicada para a organização popular, social, democrática e transparente. Eu estou vendo claramente: acho que nossa geração vai realizar a utopia de criar uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano democrática, solidária, com todos os valores que a gente sempre quis. É garantido que ela é sustentável? A única forma de garantir sua sustentabilidade – eu não acredito nem em institucionalização, nem em legislação apenas – é social. Pois mudança cultural é que é importante.

Erminia Maricato é professora titular da USP, secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (1989 - 1992) e Secretária Executiva do MCidades (2003 - 2005). Participou da criação do MCidades (2003) e coordenou a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (até 2005).